

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006070-74.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Produção Antecipada de Provas - Dever de Informação**  
 Requerente: **Dulcineia Vicente Freire**  
 Requerido: **Roca Imóveis Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1006070-74.2017

Vistos

**DULCINÉIA VICENTE FREIRE** ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face da **ROCA IMÓVEIS**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o requerente, em síntese, que necessita de cópia da Proposta da Compra do Terreno sem benfeitorias, que identificou a fls. 02, parágrafo 1º firmado com a requerida para análise dos valores das parcelas que estão sendo cobrados.

Com a inicial, vieram os documentos de fls. 08 e ss.

A requerida juntou na defesa o documento de fls. 74/75 e na sequência, após réplica da autora, encartou o documento de fls. 90/91, esclarecendo que tais documentos são os que se encontram em seu poder e que outros documentos em relação ao financiamento do imóvel estão em poder do Banco que liberou referido financiamento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A autora não se manifestou, conforme certidão de fls. 95

**É O RELATÓRIO.****DECIDO.**

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos arquivados em repartição da requerida.

O requerido não negou o dever de exhibir.

Após ser citado, compareceu e apresentou os documentos que estão em seu poder. Esclareceu ainda que outros documentos referentes ao financiamento encontram-se em poder do banco-financiador. A autora não se insurgiu contra essa questão.

Intimada a manifestar-se acerca do documento encartado a fls. 90/1, a autora permaneceu inerte. Pelo despacho de fls. 80, foi alertada de que seu silêncio em relação a documentação apresentada pela parte contrária, seria recebido como concordância.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva do requerido em face do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e deixo de condenar a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

**Publique-se e intemem-se.**

São Carlos, 20 de dezembro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**